



MATÉRIAS EM DESTAQUE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pauta da reunião de 11/07/20023

PL 142/2023

O portador de fibromialgia poderá estacionar seu carro nas vagas destinadas a idosos e deficientes. Essa realidade será possível se for aprovado projeto de lei em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A identificação dos beneficiários será por cartão expedido pelo Executivo Estadual, após comprovação por laudo médico, do mesmo modo já feito aos portadores de deficiência. O PL é de autoria do deputado estadual Jair Miotto (União)

PL 127/2023

A pessoa com deficiência que tem direito a receber uma herança poderá ser isenta do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). É o que prevê o projeto de lei que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia de Santa Catarina. O PL é de autoria do deputado Napoleão Bernardes (PSD).

PL 287/2020

Animais apreendidos em razão de maus-tratos ou práticas sexuais não poderão mais ser devolvidos aos seus tutores, se aprovado o Projeto de Lei 287 de 2020. De autoria do deputado Marcius Machado (PL), a matéria será discutida na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa da próxima terça-feira (11/07).

PL 286/2019

As entidades realizadoras de eventos, como shows, concursos públicos e vestibulares, que reunirem mais de 1.500 pessoas, poderão ser obrigadas a manter serviço de assistência médica e ambulatorial para atendimento de primeiro socorros. É o que dispõe uma lei proposta pelo deputado estadual Altair Silva (PP) que será discutida na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na próxima terça-feira (11/07).

PLC 12/2023

Os servidores públicos de Santa Catarina poderão ter aumentado de 7 para 9 anos o prazo para filiação ao Regime de Previdência Complementar (RPC/SC) de Santa Catarina, contados do funcionamento deste. De autoria do deputado Maurício Eskudlark (PL), o tema será discutido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia Legislativa de Santa Catarina na sessão de terça-feira, 11/07, às 9h.

PL 170/2023

O trecho da Rodovia que liga os municípios de Witmarsum a Vitor Meireles poderá ser estadualizado, conforme proposta de lei do deputado Oscar Gutz (PL) em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia de Santa Catarina.

PL 163/2023

A disponibilização de cardápio físico poderá ser obrigatória em bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares que comercializarem bebidas, refeições e lanches.

É o que pretende lei proposta pelo deputado Vicente Caropreso (PSDB), em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. O PL tem por objetivo a proteção e inclusão de consumidores menos familiarizados com a tecnologia do menu digital e com a leitura de QR Code feita pelo celular.